

VALORAÇÃO ECONÔMICA DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP'S): UM ESTUDO NO BAIRRO CPA IV, CUIABÁ, MATO GROSSO

Luhan Kennedy Figueiredo Magalhães

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT/*Campus* Cuiabá-Bela Vista. Técnico em Meio Ambiente por essa instituição, atualmente é discente no curso de “Sistemas para Web” do IFMT/*Campus* Cuiabá.

Jorge Luiz da Silva, Alencar Garcia Bacarji e Patrícia Costa Rodrigues

Email do Autor Principal: luhan_kennedy@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi averiguar a disposição a pagar dos moradores do bairro CPA IV, localizado no município de Cuiabá-MT, para a manutenção e criação das áreas de preservação permanente (APP's) dentro da região. Para verificá-lo, foi aplicado um breve questionário em uma feira no bairro, onde há um grande fluxo de habitantes. Dos resultados amostrados, 63% dos entrevistados estavam dispostos a desembolsar um valor mensal que não afetasse tanto o seu orçamento em benefício aos bens naturais, enquanto que os 37% restantes não estavam dispostos a pagar alegando o excesso de impostos já cobrados.

PALAVRAS-CHAVE: Disposição a pagar, valoração ambiental, Cuiabá.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com a escassez dos recursos naturais e com as futuras gerações fez surgir o conceito de desenvolvimento sustentável, uma solução conciliadora entre crescimento econômico e o uso sustentável dos recursos naturais (MAIA, 2002). No entanto, alterar a percepção das pessoas em relação aos recursos biológicos é um dos maiores desafios que existem no mundo hoje. Mostrar a elas que o uso sustentável da biodiversidade tem um valor econômico positivo, e que este valor é mais elevado que o valor dos recursos alternativos que ameaçam a biodiversidade é um dos objetivos da valoração econômica dos recursos naturais (PEARCE, 1994).

A valoração econômica ambiental busca avaliar o valor monetário de um recurso ambiental através de uma comparação com algum outro bem econômico já disponível na economia, para o qual a humanidade estaria disposta em abrir mão para obter uma melhora na qualidade ou na quantidade do recurso ambiental (MAY, 2003).

O reconhecimento de uma avaliação econômica total e mais ampla de riquezas naturais pode contribuir em alterar decisões acerca de seu próprio uso, particularmente em decisões de investimento e uso de terras, as quais representam uma escolha clara entre destruir e conservar (PEARCE, 1997). Essa avaliação também é utilizada para avaliar o quanto o ecossistema auxilia no bem estar social e econômico, e para entender como e por que os fatores econômicos utilizam desses ecossistemas (CONSELHO..., 2005).

Existem vários métodos para a valoração econômica dos recursos naturais e cada um tem suas necessidades especiais ao serem aplicados. Essas necessidades são definidas para que haja uma facilidade na coleta dos dados que serão utilizados na valoração e para que haja o máximo possível de precisão nos resultados, ou seja, antes de aplicar qualquer método de valoração ambiental em um local, deve-se fazer um estudo do mesmo para averiguar se os dados fornecidos e os que serão coletados serão suficientes e/ou úteis (MOTTA, 1997).

A valoração econômica ambiental não se limita a ser aplicada somente em regiões de alta densidade de vegetação, grande rios, etc. Ela pode ser aplicada em qualquer tipo de recurso natural que de alguma forma proporcione algum benefício a população que o utilize tanto de maneira direta como indireta para a sua existência e sobrevivência (MAY, 2003). Um exemplo disso são as áreas de preservação permanente (APP's).

As APP's foram criadas para proteger o ambiente natural, o que significa que não são áreas apropriadas para alteração de uso da terra, devendo estar cobertas com a vegetação original. A cobertura vegetal nestas áreas irá atenuar os efeitos erosivos e a lixiviação dos solos, contribuindo também para regularização do fluxo hídrico, redução do assoreamento dos cursos d'água e reservatórios, e trazendo também benefícios para a fauna. Essas áreas se localizam em topos de morros, margens de rios etc., e a exploração de recursos nela é proibida (MATTOS, 2006).

As áreas de preservação permanente são de extrema importância para manter a estabilidade do meio urbano em que ela se localiza, e como consequência a manutenção da vida humana e seu desenvolvimento (PINTO, 2011). Como exemplo disso, pode-se citar o aumento de enchentes no município de Cuiabá, decorrentes da retirada de vegetação das margens dos rios.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi averiguar a disposição a pagar (DAP) da população de Cuiabá-MT, através da determinação de um valor monetário para a manutenção e criação das áreas de preservação permanente (APP's) dentro da região.

METODOLOGIA

A área estudada foi uma feira comercial que ocorre todas as quartas-feiras no bairro CPA IV, localizado na Morada da Serra, zona norte do município de Cuiabá-MT. Esse local foi escolhido por haver um grande fluxo de pessoas de diferentes partes da região. Os 100 questionários foram aplicados no período da noite (entre 18:00 e 21:00 horas) no dia 19 de outubro de 2011.

Para determinar a disposição a pagar (DAP) da população da região do CPA IV, foi aplicado um questionário com 18 questões que objetivavam, basicamente, a caracterização da situação sócio-econômica, dos conhecimentos relacionados às APP's e a disposição a pagar do entrevistado.

Para determinar a DAP foi utilizada uma adaptação do método *referendum* com jogos de leilão. Foram oferecidos diferentes lances iniciais, conforme critérios preestabelecidos. Caso o valor inicial proposto fosse aceito, aumentava-se o lance até a pessoa dizer não; caso contrário, diminuía-se o valor até obter uma resposta positiva. Esse mesmo método foi utilizado por Mattos (2006) para determinar a DAP da população do município de Viçosa-MG.

RESULTADOS

Dos 100 entrevistados, coincidentemente 50 (50%) deles foram do sexo masculino e 50 (50%) foram do sexo feminino. A idade dos entrevistados foi dividida em 5 grupos de amplitude de 10 anos para facilitar o entendimento: de 18 a 28 anos, 48% dos entrevistados; de 29 a 38 anos, 25% dos entrevistados; de 39 a 48 anos, 18% dos entrevistados; de 49 a 58 anos, 7% dos entrevistados; e com idade igual ou superior a 59 anos, 2% dos entrevistados.

Quanto ao nível de instrução da amostra, 69% dos entrevistados possuíam no mínimo o segundo grau completo.

As rendas mensais familiares predominantes estão entre 1 a 3 salários mínimos (31%) e 3 a 5 salários mínimos (31%). No entanto, elas não têm nenhuma relação obrigatória com a quantidade de pessoas que moravam na residência, visto que alguns dos entrevistados, mesmo morando sozinhos, possuíam uma renda mensal elevada.

No questionário, havia perguntas que avaliavam o nível de conhecimento dos entrevistados em relação à importância da existência ou manutenção das áreas de preservação permanente (APP's). Nesse sentido, 72% dos entrevistados alegaram ter conhecimento do que é uma APP, enquanto que 28% informaram total falta de informação. Para esses 28% dos entrevistados, foi proferida uma breve explicação sobre o tema pelos entrevistadores.

Quando questionados sobre a necessidade de criação de novas áreas de preservação permanente no perímetro urbano de Cuiabá-MT. Os entrevistados contrários a essas medidas (6%) alegaram que com a criação dessas áreas, os espaços destinados à construção de residências e prédios comerciais seriam menores, o que aumentaria o número de desempregados e sem-teto. No entanto, a grande maioria dos entrevistados (94%) manifestou posição favorável quanto a medidas que objetivassem o atendimento a essa necessidade, alegando como principais motivos às melhorias na qualidade ambiental da cidade e da qualidade de vida das pessoas através do contato com a natureza.

Quando questionado aos entrevistados seus conhecimentos em relação aos danos gerados pela degradação da vegetação nas áreas de APP, 92% alegaram ter esse conhecimento, enquanto que os 8% restantes disseram não ter. Os danos mais citados pelos entrevistados foram os presenciados cotidianamente, como poluição do ar (69%) e as mudanças climáticas (62%).

Dos 100 entrevistados, 63% concordaram em desembolsar um valor para a criação e a manutenção de novas áreas de preservação permanente, sendo que os valores são apresentados na Tabela 1. Os outros 37% não dispostos alegaram, com maior frequência, já efetuarem o pagamento de muitos impostos e/ou taxas. O dinheiro arrecadado para a criação e a manutenção das áreas de preservação permanente deveria ser entregue, segundo grande maioria (68,25% dos dispostos a pagar), para as instituições ambientais sem fins lucrativos.

Tabela 1. Disposição a pagar para a criação e manutenção de áreas de preservação permanentes (APP's) dos habitantes do bairro CPA IV, Cuiabá-MT.

Valores a serem pagos (R\$)	Nº de pessoas dispostas a pagar (%)
1,00	04 (6,5%)
1,50	05 (8%)
2,00	02 (3%)
3,00	07 (11%)
6,00	09 (14%)
10,00	16 (25,5%)
15,00	12 (19%)
20,00	03 (5%)
25,00	03 (5%)
30,00	02 (3%)

DISCUSSÃO

Na maioria dos casos, o nível de instrução do entrevistado não tinha nenhuma relação com sua renda mensal ser alta ou baixa, assim como o número de moradores na residência. Foi constatado que mesmo quando o entrevistado possui uma renda mensal alta, não há necessariamente a disposição a pagar um valor considerado “alto” para a manutenção, preservação e criação de APP's, sendo que situações contrárias também foram averiguadas, ou seja, rendas inferiores não implicavam menores valores de DAP. Muitos dos entrevistados alegaram que os valores de contribuição mais adequados não estavam relacionados apenas com seu próprio poder aquisitivo, mas com o da população em geral.

Como já dito anteriormente, 63% dos entrevistados estavam dispostos a pagar uma quantia para a manutenção das áreas de preservação permanente. Mattos (2006) obteve que 55% das pessoas se mostraram dispostas a contribuir com alguma quantia para a recuperação e/ou preservação das APP's da Microbacia do Ribeirão São Bartolomeu, Viçosa, MG. Brugnaro (2000) obteve resultado semelhante, pois cerca de 42% dos entrevistados estavam dispostos a pagar alguma quantia para a recuperação da mata ciliar da Bacia do Rio Corumbataí, SP.

Quando se trata de outros bens ambientais de que a população amostrada usufrui diretamente, como parques, é comum obter maior número de DAP positiva. Martins (2002) obteve o índice de 75,8% de DAP pelos recursos ambientais da praia de Jericoacoara, Ceará. Silva (2003), ao avaliar a DAP para a manutenção e conservação do Parque Ambiental “Chico Mendes”, obteve o índice de 68% de respostas positivas ao pagamento de alguma quantia (MATTOS, 2006).

O maior motivo pelo qual os 37% restantes não estavam dispostos a pagar era o fato de já pagarem altas taxa de impostos e que esse valor já pago deveria ser destinado a melhorias ambientais, segundo os entrevistados. O segundo motivo foi o que seria o desvio dessa verba para fins que não sejam destinados as áreas de preservação permanente, o que demonstra a falta de confiança que a população tem nos gestores públicos. Nos trabalhos de Mattos (2006) e Martins (2002), o quesito insatisfação com o governo, também foi mencionado por seus entrevistados.

O destino para a verba arrecadada deveria ser entregue para as instituições ambientais sem fins lucrativos, segundo 68,25% dos dispostos a pagar. Segundo eles, essas instituições destinariam mais corretamente os recursos financeiros disponíveis. O alto índice de entrevistados com essa mesma opinião, também se relaciona com o grau de insatisfação da população para com os gestores públicos.

CONCLUSÃO

Apesar da alta porcentagem de pessoas que responderam negativamente quanto à disposição a pagar para a criação e/ou manutenção de APP's na região urbana de Cuiabá/MT, grande parte dos entrevistados reconheceu a importância das APP's na manutenção de processos ambientais e melhoria da qualidade de vida da população, mesmo quando essa não depende diretamente dessas áreas. Tais resultados se relacionam fortemente com o nível de insatisfação da população com as medidas adotadas pelos gestores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brugnaro, C. Valor atribuído pela população às matas ciliares da Bacia do Rio Corumbataí, SP. 2000. 146f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.
2. Conselho de Avaliação Ecosistêmica do Milênio. Ecosistemas e bem-estar humano. São Paulo: Ed. SENAC, 2005. 384p.
3. Maia, A. G. Valoração de recursos ambientais. 2002. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.
4. Martins, E. C. O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso de Jericoacoara no Ceará. 2002. 180f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.
5. Mattos, A. D. M. Valoração ambiental de áreas de preservação permanente da microbacia do Ribeirão São Bartolomeu no Município de Viçosa, MG. 2006. 91f. Tese (Pós-Graduação em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2006.
6. May, P. H.; Lustosa, M. C.; Vinha, V. Economia do meio ambiente: teoria prática. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2003. 344p.
7. Motta, R. S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997. 254p.
8. Pearce, D.; MORAN, D. O valor econômico da biodiversidade. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1997. 226p.
9. Pinto, C. E. T.; Curvo, R. J. C.; Rossete, A. N.; Vieira, L. R. Conflitos ambientais em áreas de preservação permanente nas cabeceiras do Alto rio Paraguai em Diamantino/MT e Alto Paraguai/MT – Brasil. In: XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2011, Curitiba, Anais... Curitiba: INPE, 2011. p.6216.
10. Silva, R. G. Valoração do Parque Ambiental “Chico Mendes”, Rio Branco – AC: uma aplicação probabilística do método referendun com bidding games. 2003. 125f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2003.